

Trabalhos Científicos

Título: Vacinação Infantil Em Intervenção Educativa Com Agentes Comunitários De Saúde (Acs) Em Município Brasileiro Predominantemente Rural E Quilombola

Autores: LARISSA DA COSTA VELOSO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), FRANCENILDE SILVA DE SOUSA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), ANA PAULA MESQUITA SCHUTZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), VANESSA COSTA SILVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), MILADY CUTRIM VIEIRA CAVALCANTE (HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), ERIKA BARBARA ABREU FONSECA THOMAZ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO), ZENI CARVALHO LAMY (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO)

Resumo: A vacinação é uma importante estratégia de proteção à saúde da criança. A hesitação vacinal é acompanhada de questionamentos em relação à segurança, quantidade de doses, eficácia e qualidade da vacina, contribuindo para a suscetibilidade infantil de doenças imunopreveníveis e reemergentes. Intervenções com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) podem promover saúde, educação e mobilização social, mitigando a não adesão às vacinas. Todavia, pouco se sabe sobre o efeito de intervenções educativas com profissionais da atenção primária em saúde em áreas de grande vulnerabilidade social, no interior do Brasil. Avaliar potenciais mudanças no processo de trabalho dos ACS em relação à vacinação infantil após intervenção educativa em município brasileiro predominantemente rural e quilombola. Trata-se de uma pesquisa-ação, em que a intervenção educativa ocorreu em três etapas: fase exploratória, ação educacional e avaliação da intervenção, sendo aplicada a metodologia de problematização pelo Arco de Magueres sobre direitos de mulheres e crianças nos primeiros 1000 dias. Foi realizada coleta dos dados sociodemográficos e qualitativos sobre o efeito da intervenção em grupos focais (GFs) com ACS de todas as 9 unidades básicas de saúde (UBS) de um município de pequeno porte, com baixo IDH, cuja maioria da população vive em área rural e em assentamentos quilombolas. Participaram deste estudo 46 ACS, com idade média de 44 anos (variando de 27 a 58 anos). Destes, 27 (58,7%) eram mulheres, 23 (50%) se autodeclararam pardos, 22 pretos e 1 branco, e 39 (84,8%) estudaram até o ensino médio completo. Na análise qualitativa, as falas foram sistematizadas em duas categorias empíricas: 'Reconhecimento da vacinação como um direito' e 'Mudanças nas estratégias de promoção à vacinação'. Na primeira, evidenciou-se reconhecimento do direito à vacinação infantil e a urgência em estimular as mães a reivindicar as doses de imunizantes preconizados para os filhos. Na segunda categoria, os ACS identificaram alterações no seu processo de trabalho, dentre elas, a implantação de novas estratégias para alcançar os(as) usuários(as) e a promoção de adesão vacinal. Como exemplo, em um GF, reportaram a elaboração de um 'caderno de vacina', um recurso didático de estímulo ao engajamento das mães e de aproximação delas e das crianças à UBS. Mencionaram ainda, utilizar técnicas de busca ativa e de convencimento à adesão ao calendário vacinal preconizado pelo Ministério da Saúde, orientando sobre os benefícios da prevenção e a possível perda de auxílios governamentais com a desatualização da caderneta. Uma intervenção educativa de baixo custo e fácil replicabilidade proporcionou significativas mudanças no processo de trabalho dos ACS ao discutir os direitos das crianças nos primeiros 1000 dias. Portanto, esse estudo pode servir como referencial para outras instituições adotarem ações educacionais direcionadas à saúde da criança com ACS.